

BALANÇO				
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab				
CNPJ no 26.461.699/0001-80				
BALANÇO PATRIMONIAL				
4º Trimestre de 2021				
AT I V O	NOTA	VALORES EM R\$ MIL		
		31/12/2021	31/12/2020	
CIRCULANTE		1.974.713	2.167.679	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.1	297.037	238.996	
Aplicações Financeiras		1.036	1.014	
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		260.558	204.466	
Lim. de Saque c/Vinc. Pagto. Ordem Pagto - OFSS		35.443	33.516	
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5	20.382	4.149	
Clientes	5.1	20.382	4.149	
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		20.382	4.089	
Fat. Dupl. a Rec. - Estoque Regulador PGPM		16.056	0	
Fat. Dupl. a Rec. - Mercado de Opções		862	0	
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		3.814	11.271	
(-)Ajuste Perdas Demais Créditos e Valores		(350)	(7.182)	
Fat. Dupl. a Rec. - Estoques em Consignação		0	60	
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6	1.427.382	1.268.247	
Adiantamentos Concedidos	6.1	4.844	4.159	
Adiantamentos a Pessoal		4.844	4.159	
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	153.651	157.475	
Créditos Tributários		153.651	157.475	
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	1.268.887	1.106.613	
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo		0	1	
Créditos a Rec. Decor.de Infrações Leg. e Contratuais		1.048	1.427	
Créditos a Receber por Reemb. Salário Maternidade		0	38	
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		278	181	
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv/Imóveis		2.670	2.718	
Créditos a Rec. de Ac. Financ. c/Serv. e Ex-Servidores		44.784	33.680	
Recursos da União		386.402	450.947	
Créditos Parcelados		3.443	2.471	
Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União		830.261	615.150	
ESTOQUES	7	230.872	656.285	
Mercadorias para Revenda		113.815	200.801	
Materiais em Trânsito		331	591	
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros		1.436	3.319	
Estoques para Doação e/ou Permuta		6	26	
Compra Antecipada - Entrega Futura		115.284	451.548	
ATIVOS A CLASSIFICAR - RPNP EM LIQUIDAÇÃO		(964)	0	
Ativos a Classificar - RPNP em Liquidação		(964)	0	
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE	8	4	2	
Despesas Antecipadas		4	2	
NÃO CIRCULANTE		1.435.312	1.410.596	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.302.663	1.269.748	
Créditos a Longo Prazo		31	35	
Clientes	5.2	31	35	
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		31	35	
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		31	4.345	
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		0	(4.310)	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	6.4	1.302.632	1.269.713	
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		6	9	
Tributos a Recuperar/Compensar		0	21	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		46.309	56.856	
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		1.256.317	1.212.827	
Créditos a Receber por Cessão de Créditos p/União		1.225.353	1.135.187	
Créditos a Receber por Alienação de Bens Móv./Imóveis		14.760	63.549	
Créd. a Rec. p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores		2.802	2.893	
Créditos a Recuperar		0	62	
Duplicatas e Títulos em Contencioso		25	26	
Créditos Parcelados		13.395	10.917	
Títulos a Receber		120	120	
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações		509	720	
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(647)	(647)	
INVESTIMENTOS	4.5	6.258	6.532	
Participações Permanentes		4.261	5.135	
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		14.844	14.844	
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		(10.583)	(9.709)	
Propriedades para Investimento		1.995	285	
Bens Imóveis não Destinados a Uso		2.850	285	
(-)Depreciação Acumul. Invest. – Cons. Propriedades		(855)	0	

Continua

AT I V O	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2021	31/12/2020
Demais Investimentos Permanentes		2	1.112
Demais Investimentos Permanentes		2	1.112
IMOBILIZADO	4.7	126.162	133.587
Bens Móveis		8.846	9.462
Bens Móveis		110.831	109.428
(-)Depreciações		(101.897)	(99.628)
(-)Redução ao Vr. Rec. de Imobilizado - Móveis	4.8	(88)	(338)
Bens Imóveis		117.316	124.125
Bens Imóveis		337.674	340.828
(-)Depreciações		(219.782)	(216.467)
(-)Amortizações		(576)	(236)
INTANGIVEL	4.7.1	229	729
TOTAL		3.410.025	3.578.275

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE	9	1.885.637	2.041.753
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR	9.1	109.791	110.409
Pessoal a Pagar		78.207	71.961
Benefícios Previdenciários a Pagar		0	517
Benefícios Assistenciais		407	0
Encargos Sociais a Pagar		31.178	37.931
OPERAÇÕES ESPECIAIS	9.2	564.800	726.760
Operações Especiais		564.800	726.760
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		1.211.046	1.204.584
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.3	44.431	253.315
Fornecedores Nacionais		8.638	4.023
Contas a Pagar Credores Nacionais		35.793	249.292
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.4	1.803	1.352
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		1.803	1.352
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.164.812	949.917
Adiantamentos de Clientes	9.5	529	593
Consignações	9.7	13.088	17.290
Depósitos Judiciais	9.7	0	324
Depósitos e Cauções Recebidos	9.7	14.836	14.479
Indenizações, Restituições e Compensações	9.7	10.502	9.714
Diárias a Pagar	9.7	15	1
Entidades Credoras	9.6	124.833	125.928
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.7	1.736	2.237
Valores em Trânsito Exigíveis	9.7	127	756
Entidades Privadas	9.8	86.434	0
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	9.9	913.930	778.595
Passivos em Liquidação a Classificar	9.7	(1.218)	0
NÃO - CIRCULANTE		1.229.598	1.214.758
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	9.3.2	61	132
Contas a Pagar Credores Nacionais		61	132
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	324.989	291.392
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo		258.833	250.432
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		31.874	5.499
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo		34.282	35.461

Continua

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2021	31/12/2020
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	11	904.548	923.234
Depósitos e Cauções Recebidos		652	722
Precatórios de Terceiros		2.033	0
Entidades Privadas de Previdência		901.863	922.512
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	294.790	321.764
Capital	12.1	302.801	302.801
RESERVAS		18.963	50.093

Continua

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

4º Trimestre de 2021-2020

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL			
		31/12/2021	31/12/2020	01/10/2021 a 31/12/2021	01/10/2020 a 31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.1	175.583	207.675	32.142	49.862
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS		152.080	189.436	30.701	46.728
Vendas Estoques Estratégicos		135.983	187.119	14.645	46.632
Vendas Estoques Reguladores-P-GPM		16.097	2.317	16.056	96
RECEITA DE SERVIÇOS		27.706	21.822	3.607	3.571
Serviços de Armazenagem/Aluguéis		27.706	21.822	3.607	3.571
(-)-DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	14.2	4.203	3.583	2.166	437
(-)-CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		150.254	188.417	28.987	46.689
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO	14.3	218.977	273.845	50.987	62.412
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	14.4	68.723	85.428	22.000	15.723
LUCRO BRUTO	14.5	25.329	19.258	3.155	3.173
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.6	1.183.453	1.107.969	291.861	297.423
(-)DESPESAS DE PESSOAL		966.388	925.614	247.840	270.202
Remuneração a Pessoal		507.002	491.819	134.045	129.911
Sentenças Judiciais		27.924	0	3.172	0
Obrigações Patronais		178.553	172.290	47.045	45.419
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		104.457	97.984	28.368	26.029
Benefícios a Pessoal		46.080	47.355	11.411	37.672
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		102.372	116.166	23.799	31.171
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		217.065	182.355	44.021	27.221
Consumo de Materiais		5.975	3.464	1.975	1.031
Diárias		3.622	2.649	1.153	1.133
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		1.360	1.511	303	493
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		136.512	123.174	38.685	9.009
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		9.940	7.750	3.286	797
Outras Despesas Operacionais		59.656	43.807	(1.381)	14.758
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.7	71.135	73.084	12.541	19.504
Multas e Juros de Mora		2.589	1.266	1.521	282
Indenizações e Restituições		4.459	12.963	1.475	1.749
Receitas de Valores Mobiliários		347	112	215	11
Receitas Diversas		63.740	58.743	9.330	17.462

Continua

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2021	31/12/2020
Reservas de Lucros	12.2	18.963	50.093
Reserva Legal		18.963	19.196
Reserva de Lucros para Expansão		0	30.897
Ajustes de Exercícios Anteriores	17	371	(719)
Resultado do Período		(27.345)	(30.411)
TOTAL		3.410.025	3.578.275

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL			
		31/12/2021	31/12/2020	01/10/2021 a 31/12/2021	01/10/2020 a 31/12/2020
(+)OUTROS RESULTADOS	14.8	1.149	3.381	(206)	3.157
Alienação de Bens Móveis		(4)	30	0	0
Desincorporação de Ativos		(2.727)	(176)	(206)	(215)
Incorporação de Ativos		3.880	3.527	0	3.372
RESULTADO ANTES DAS DESP. E RECEITAS FINANCEIRAS		(1.085.840)	(1.012.246)	(276.371)	(271.589)
(+/-)RESULTADO FINANCEIRO	14.9	6.146	4.235	2.599	574
Despesas Financeiras		(41)	(6)	(8)	0
Receitas Financeiras		6.187	4.241	2.607	574
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TES. NACIONAL		(1.079.694)	(1.008.011)	(273.772)	(271.015)
(+)SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL	14.10	1.052.349	977.600	281.190	251.820
Repasses Recebidos para Custeio/ Pessoal		1.052.349	977.600	281.190	251.820
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(27.345)	(30.411)	7.418	(19.195)
Imposto de Renda a Recolher		0	0	0	0
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		0	0	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.3	(27.345)	(30.411)	7.418	(19.195)
LUCRO POR AÇÃO		(14,70)	(16,35)	3,99	(10,32)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Até o 4º Trimestre de 2021 e 2020

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL			
		31/12/2021	31/12/2020	01/10/2021 a 31/12/2021	01/10/2020 a 31/12/2020
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(27.345)	(30.411)	7.418	(19.195)
(+/-)Outros Componentes do Resultado Abrangente		371	(719)	371	(728)
Ajustes de Exercícios Anteriores		371	(719)	371	(728)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		(26.974)	(31.130)	7.789	(19.923)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Até o 4º Trimestre 2021 e 2020			
DESCRIÇÃO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		(27.345)	(30.411)
Ajustes de Exercícios Anteriores		371	(719)
Ajustes por:			
Depreciações e Amortizações		8.688	11.708
Alienação de Bens		4	0
Resgate de Títulos		0	(57)
Incorporação por Doações de Bens Patrimoniais		(507)	(25)
Desincorporação por Doações de Bens Patrimoniais		1	0
Baixa de Depreciação de Bens Móveis e Imóveis		0	(253)
Incorporação/Desincorporação de Investimentos		0	(398)
Incorporação de Bens Imóveis		0	(3.372)
Desincorporação por Cessão de Bens Imóveis		96	0
Outras Baixas de Bens		227	1.312
Incorporação de Bens Móveis		(1)	0
Redução a Valor Recuperável de Investimentos		874	(87)
Resultado em Investimentos		(968)	215
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado – Móveis		(250)	31
		8.164	9.074
Variações de Ativos e Passivos		76.816	(6.752)
Clientes e Outros Créd. a Receber e a Pagar		(156.208)	187.343
Créditos Tributários		4.361	18.805
IR e CSLL a Recuperar/Compensar		(66)	(200)
Encargos Sociais a Pagar		(6.753)	(2.398)
Adiantamentos e Pessoal a Pagar		5.628	(7.456)
Precatórios de Terceiros		2.032	(70)
Despesas Antecipadas		(1)	1
Operações Especiais e Estoques		263.452	(444.144)
Ativos a Classificar		964	0
Consignações e Fornecedores		(213.157)	244.391
Depósitos e Cauções Recebidos		288	5.787
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis		33.596	(236.001)
Entidades Credoras		(1.597)	(40.827)
Adiantamentos de Clientes		(64)	(8.815)
Recursos Vinculados		10.223	728
Passivos em Liquidação a Classificar		(1.218)	0
Transferências Financeiras a Comprovar - TED		135.336	276.104
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	58.006	(28.808)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(2.044)	(3.493)
Recebimentos por Resgate de Ações		0	1.680
Recebimentos por Resgate de Títulos		2.079	141
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes		1	0
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.2	36	(1.672)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	13.3	0	0
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		58.042	(30.480)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	13.4	58.042	(30.480)
No Início do Exercício		238.995	269.475
No Final do Exercício		297.037	238.995

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Até o 4º Trimestre de 2021 e 2020				
DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	31/12/2021	%	31/12/2020	%
1.RECEITAS	180.651	18,94	214.120	23,60
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	179.502	18,82	210.739	23,23
1.2 - Outras Receitas	1.149	0,12	3.381	0,37
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	347.760	36,46	350.158	38,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	150.254	15,75	188.417	20,77
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	197.506	20,71	161.741	17,83
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(167.109)	(17,52)	(136.038)	(15,00)
4.RETENÇÕES	8.688	0,91	11.708	1,29
4.1 - Depreciação e Amortização	8.688	0,91	11.708	1,29
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(175.797)	(18,43)	(147.746)	(16,29)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.129.671	118,43	1.054.925	116,29
6.1 – Receitas Diversas	71.135	7,46	73.084	8,06
6.2 – Receitas Financeiras	6.187	100,00	4.241	0
6.3 - Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	1.052.349	110,32	977.600	107,76
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	953.874	100,00	907.179	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	953.874	100,00	907.179	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	966.388	101,31	925.614	102,03
Total	966.388	101,31	925.614	102,03
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	13.859	1,45	10.814	1,19
Total	13.859	1,45	10.814	1,19
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	972	0,10	1.162	0,13
Total	972	0,10	1.162	0,13
8.4 - Próprios				
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Período	(27.345)	(2,87)	(30.411)	(3,35)
Total	(27.345)	(2,87)	(30.411)	(3,35)
As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Até o 4º Trimestre de 2021 - 2020					

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020	302.801	19.196	30.897	0	352.894
(-)AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				(719)	(719)
RESULTADO DO PERÍODO				(30.411)	(30.411)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	302.801	19.196	30.897	(31.130)	321.764
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO			(30.897)	30.897	0
RESERVA LEGAL		(233)		233	0
Saldo em 31 de dezembro de 2020	302.801	18.963	0	0	321.764
Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	302.801	18.963	0	0	321.764
RESULTADO DO PERÍODO				(27.345)	(27.345)
(-)AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				371	371
Saldo em 31 de dezembro de 2021	302.801	18.963	0	(26.974)	294.790
As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				
Até o 4º Trimestre/2021				
Nota	Descrição	Nota	Descrição	
01	Contexto Operacional	13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC	
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	
03	Alterações na Legislação Societária	15	Demonstração do Valor Adicionado – DVA	
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	
05	Créditos a Curto Prazo	17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA	
06	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	18	Diversos Responsáveis em Apuração	
07	Estoques	19	Ativos Contingentes	
08	Despesas Antecipadas	20	Contingências Passivas	
09	Endividamento	21	Benefícios Concedidos aos Empregados	
10	Provisões a Longo Prazo	22	Remuneração dos Dirigentes e Empregados	
11	Demais Obrigações a Longo Prazo	23	Repasses e Termos de Execução Descentralizada TED	
12	Patrimônio Líquido	24	Outros Assuntos	
Nota 1. Contexto Operacional				
A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dependente, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).				
Sua missão institucional é a de “Prover Inteligência agropecuária e participar da formulação e execução de políticas públicas, contribuindo para a regularidade do abastecimento e formação de renda do produtor rural”.				
Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 64 Unidades Armazenadoras, com 126 armazéns destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.				
Nota 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras				
As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei nº 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.				
A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total.				
Ainda com relação à elaboração das demonstrações contábeis, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas aos estoques e contas a receber, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.				
Nota 3. Alterações na Legislação Societária				
As Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board (IASB)”.				
Nota 4. Resumo das Principais Práticas Contábeis				
Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:				
4.1 Caixa e Equivalente de Caixa: o total de R\$297.037 mil, refere-se ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos a partir do mês de outubro/2021, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada - TED e outros, e também aplicações financeiras de curto prazo, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações Financeiras de curto prazo, estão registradas pelo valor original mais os rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2021 e concentram-se em fundos extramercado.				
4.2 Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes. Vide nota 5.				
4.3 Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.				
4.3.1 Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.				
4.3.2 Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2021, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.				
4.4 Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.				
4.5 Investimentos: o total de R\$6.258 mil, está representado pelos valores das participações permanentes registradas pelo custo de aquisição, acrescidas até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos em outras sociedades, bem como as propriedades para investimentos, relativas a imóveis alugados e com contrato de concessão além de títulos e valores mobiliários permanentes.				
4.5.1 Participações Permanentes: o total de R\$4.261 mil, refere-se às participações permanentes, deduzido do valor provisionado de R\$10.583 mil, até 31 de dezembro de 2021, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas, inclusive as que estão em processo de liquidação.				
Tabela 1. Participações permanentes - em R\$mil				
Descrição		Até o 4º Trimestre/2021		
Participações em Empresas – saldo em 31/12/2020		14.844		
(-) Redução Valor Recuperável Investimentos		(10.583)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		4.261		
Fonte: Conab.				
4.5.2 Propriedades para Investimento: O total de R\$1.995 mil, refere-se a bens imóveis não utilizados nas atividades operacionais da Companhia (alugados e com cessão de uso).				
Tabela 2. Investimentos - em R\$mil				
Descrição		Até o 4º Trimestre/2021		
Propriedades para Investimento – saldo em 31/12/2020		285		
Adições no período		2.565		
(-) Deprec. Acumul. Invest. – Cons. Propriedades		(855)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.995		
Fonte: Conab.				
4.5.3 Títulos e Valores Mobiliários Permanentes: O total de R\$2 mil, compreende investimentos em Notas do Tesouro Nacional – NTN –P, sob a guarda do Banco do Brasil S/A.				
Tabela 3. Títulos e valores Mobiliários - em R\$mil				
Descrição		Até o 4º Trimestre/2021		
Títulos e Valores Mobiliários – saldo em 31/12/2020		1.112		
(-) Resgates no período		1.110		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2		
Fonte: Conab.				
4.6 Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).				
4.7 Imobilizado: o total de R\$126.162 mil, até dezembro de 2021 (R\$133.587 mil, em 31 de dezembro de 2020). Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, redução ao valor recuperável e outros. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. As baixas são oriundas de alienações, doações, baixas por inservibilidade, sinistro, devolução de bens que estavam cedidos à Conab e outros.				
Sobre o cálculo da depreciação com base na vida útil econômica estimada dos bens, providências estão sendo adotadas, no sentido de contratar uma empresa especializada no assunto, para implantação da nova sistemática, objetivando a emissão dos relatórios necessários à contabilização, nos moldes do que determina o CPC 27.				
A depreciação foi calculada pelo método linear, utilizando as seguintes taxas anuais: mobiliário em geral – 10%, equipamentos de informática e veículos – 20%, edificações – 4%, em conformidade com os limites estabelecidos na Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017.				
Tabela 4. Imobilizado - bens móveis - em R\$mil				
Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Adições	Baixas	Dez/2020
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	30.246	575	(26)	29.697
Bens de Informática	37.059	554	(295)	36.800
Continua				

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Adições	Baixas	Dez/2020
Móveis e Utensílios	14.276	83	(94)	14.287
Mater. Cultural, Educ. e de Comunicação	589	7	(3)	585
Veículos	26.889	651	(37)	26.275
Demais Bens Móveis	1.772	13	(25)	1.784
Total dos Bens Móveis	110.831	1.884	(480)	109.428

Fonte: Conab.

Tabela 5. Imobilizado - bens imóveis - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Adições	Baixas	Dez/2020
Imóveis Residenciais/ Comerciais	2.090	0	(1.282)	3.372
Edifícios	181.937	1.735	(2.686)	182.888
Terrenos/Glebas	18.458	1.282	(205)	17.381
Armazéns/Galpões/Silos	103.629	1.828	(826)	102.627
Salas e Escritórios	863	0	0	863
Instalações	179	88	0	91
Obras em Andamento	13.659	579	(12.000)	25.080
Estudos e Projetos	7.132	0	0	7.132
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	9.728	8.435	(101)	1.394
Total dos Bens Imóveis	337.675	13.947	(17.100)	340.828

Fonte: Conab.

Tabela 6. Depreciação/Amortização - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Adições	Baixas	Dez/2020
Depreciação dos Bens Móveis	(101.897)	(2.723)	454	(99.628)
Depreciação dos Bens Imóveis	(219.782)	(5.099)	1.784	(216.467)
Amortização dos Bens Imóveis	(576)	(364)	24	(236)
Total a Depreciação/Amortização	(322.255)	(8.186)	2.262	(316.331)

Fonte: Conab.

4.7.1 Intangível: Representa os valores de direito de uso de softwares e suas amortizações, conforme composição a seguir:

Tabela 7. Intangível - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Até Dez/2021	Adições	Baixas	Até Dez/2020
Softwares Vida Útil Definida	3.011	0	0	3.011
(-) Amortização	(2.782)	(500)	0	(2.282)
Total	229	(500)	0	729

Fonte: Conab.

4.8 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

4.8.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Móveis

Foi efetuado registro no total de R\$88 mil, referente a redução ao valor recuperável, até 31 de dezembro de 2021, conforme testes de impairment, realizados na Matriz e Superintendências Regionais.

A metodologia utilizada foi a segregação dos bens por grupos e analisadas a existência de indícios de desvalorização de ativos não geradores de caixa. Na existência de indícios, foi mensurado o valor

recuperável e comparado com o valor contábil.

Tabela 8. Redução ao valor recuperável - móveis - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Até Dez/2021	Adições	Baixas	Até Dez/2020
Redução ao Valor Recuperável Bens Móveis	(88)	(124)	374	(338)
Total da Redução ao Vr. Recup. – Bens Móveis	(88)	(124)	374	(338)

Fonte: Conab.

4.8.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Imóveis

Foram realizados os estudos de recuperabilidade dos bens imóveis e não foi constatado nenhuma redução ao valor recuperável de ativos, conforme abaixo:

O patrimônio imobiliário da Conab, utilizado no cumprimento dos seus objetivos estatutários e no suprimento das suas necessidades operacionais e administrativas, é constituído de 185 imóveis distribuídos em cerca de 140 municípios.

Esses bens foram construídos/adquiridos nas décadas de 1970 e 1980 no bojo da política governamental de expansão da fronteira agrícola do País com foco nos pequenos e médios produtores e pequenos e médios varejistas, estabelecidos, notadamente, na periferia dos centros urbanos.

No projeto de implantação das unidades operacionais/comerciais, dava-se preferência na escolha dos terrenos que dariam origem aos equipamentos, ou para o caso de aquisição de instalações prontas, às áreas fora do centro urbano das cidades, em obediência ao controle ambiental e a fluência do tráfego da cidade, preservando a comodidade e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com o passar dos anos, essas regiões foram se desenvolvendo, requerendo projetos de urbanização com a ampliação ou execução dos serviços públicos o que fez com que estas áreas, antes periféricas, se tornassem centrais. Esse progresso trouxe valorização aos imóveis, incluindo aqueles da Conab.

Outro fator que influencia no registro do valor residual do imóvel e para o qual chamamos a atenção é que todos os bens imóveis constantes do patrimônio da Companhia, foram incluídos pelo valor de aquisição e/ou construção efetuada na época do ato de incorporação, sendo daí em diante seus valores corrigidos e depreciados conforme a legislação da época. Com a mudança da legislação na década de 1990, esses valores deixaram de ser corrigidos e passaram a ser somente depreciados, o que influenciou sobremaneira para que os valores residuais se situassem em patamares bem inferiores aos de mercado, mesmo considerando a sua decrepitude.

Com o passar do tempo, e por esse motivo (somente depreciação), verificou-se que os valores desses ativos, definidos por intermédio de laudos de avaliação elaborados, via de regra pela CEF, encontravam-se superiores àqueles indicados nos registros patrimoniais da Companhia, observando-se, portanto, uma valorização.

4.9 Reconhecimento da Receita:

4.9.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, contemplando as apropriações das receitas, custos e despesas correspondentes, oriundas do resultado das atividades próprias da Companhia.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.

Os custos e despesas são mensurados e reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo.

4.10 Provisões Passivas: Encontra-se provisionado no Passivo Não Circulante, as provisões vinculadas a processos judiciais, trabalhistas, tributários e cível, consideradas como de prováveis desembolsos futuros da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Jurídica – PROGE, nos termos do CPC 25. Vide nota 10.

O saldo existente é composto pelas provisões para causas trabalhistas, tributárias e cíveis, que agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir prováveis liquidações de sentenças, a serem pagas. Vide nota 10.

4.11 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB citada).

Nota 5. Créditos a Curto e Longo Prazo

O total no curto e longo prazo, até 31 de dezembro de 2021, está representado pelo montante de R\$20.413 mil (R\$4.184 mil, em 31 de dezembro de 2020), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagem, aluguéis e outros. Esse valor representa o resultado entre o montante de R\$20.763 mil, deduzido do valor de R\$350 mil, relativo ao total dos registros de perdas esperadas relacionadas aos créditos de difícil recebimento, identificados até 31 de dezembro de 2021.

No exercício de 2020, a Companhia avaliou os saldos a receber do longo prazo, no total de R\$4.345 mil, e com base nos estudos de recuperabilidade, concluiu que as perdas esperadas alcançaram o montante de R\$4.310 mil, provisionados na conta Ajustes de Perdas Para Créditos Liquidação Duvidosa. Em 2021 após novas avaliações, de acordo com o CPC 25, o total provisionado foi baixoado e os ativos registrados em contas de controle.

Tabela 9. Clientes - curto prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dez/2021	Dez/2020
Fat. Dupl. a Rec. – Estoques Reg. - PGPM	16.056	0
Fat. Dupl. a Rec. – Mercado de Opções	862	0
Fat. Dupl. a Rec. – Prestação de Serviços	3.814	11.271
(-)Ajustes Perdas Demais Créd. e Valores	(350)	(7.182)
Subtotal	20.382	4.149

Fonte: Conab.

Tabela 10. Clientes - longo prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dez/2021	Dez/2020
Fat/Dupl. a Receber - Prestação de Serviços.	31	4.345
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores	0	(4.310)
Subtotal	31	35
Total do Curto e Longo Prazo	20.413	4.184

Fonte: Conab.

Nota 6. Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo

O total de R\$1.427.382 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$1.268,247 mil, em 31 de dezembro de 2020), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo.

No longo prazo o saldo de R\$1.302.632 mil, até 31 de Dezembro/2021 (R\$1.269.713 mil, até 31 de dezembro de 2020), está composto pelos valores citados no subitem 6.1.4.

6.1 Adiantamentos Concedidos Curto Prazo: o total de R\$4.844 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$4.159 mil, em 31 de dezembro de 2020), corresponde ao pagamento antecipado no perí-

odo de férias, adiantamento de décimo terceiro salário e adiantamento para viagem, conforme segue:

Tabela 11. Adiantamentos concedidos - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dezembro/2021	Dezembro/2020
Adiantamentos a Pessoal	4.844	4.159
Total	4.844	4.159

Fonte: Conab.

6.2 Tributos a Recuperar/Compensar: Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 12. Tributos a recuperar/compensar - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dez/2021	Dez/2020
ICMS a Recuperar/Compensar/Diferido	149.764	153.597
IRRF e CSLL a Recuperar/Compensar	3.880	3.865
COFINS e PASEP a Recuperar/Compensar	7	13
Total de Créditos Tributários Circulante	153.651	157.475

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, e por substituição tributária, conforme disposto no Convênio ICMS nº 156, de 18 de dezembro de 2015.

6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo: o total de R\$1.268.887 mil, em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.106.613 mil, em 31 de dezembro de 2020). No quadro abaixo destacamos os valores registrados nas contas: Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis e Imóveis, Créditos por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, sendo que esse último é relativo à participação dos empregados, a ser reembolsada à Companhia, referente a utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Contratuais, de processos de perdas de produtos, Recursos da União, que são valores a receber do Tesouro Nacional referentes às equalizações de preços decorrentes das baixas resultantes das operações governamentais e ativos contingentes por força do CPC 25 itens 31 a 35..

Quanto aos Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, os saldos referem-se a execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, que em contrapartida estão diferidos no passivo, conta Transferências Financeiras a Comprovar, pelos recebimentos dos recursos recebidos dos órgãos concedentes. As baixas serão realizadas pelos órgãos concedentes, na ocasião da comprovação e aprovação das prestações de contas (Vide nota 9.9).

Tabela 13. Outros créditos a receber e valores a curto prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dez/2021	Dez/2020
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	0	1
Créditos a Rec. Decorrentes de Infrações	1.048	1.427
Créditos a Receber por Reemb. Sal. Maternidade	0	38
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	278	181
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	2.670	2.718
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex - Sevidores	44.784	33.680
Recursos da União	386.402	450.947
Créd. a Receber por Cessão de Créd. pela União	830.261	615.150
Créditos Parcelados	3.443	2.471
Total	1.268.887	1.106.613

Fonte: Conab.

6.4 Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo: o saldo de R\$1.302.632 mil, até 31 de dezembro/2021 (R\$1.269.713 mil, até 31 de dezembro de 2020), está composto pelos valores citados no quadro a seguir:

Tabela 14. Demais créditos e valores a receber a longo prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dez/2021	Dez/2020
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	6	9
Tributos a Recuperar/Compensar	0	21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.309	56.856
Créditos a Rec.por Cessão de Créditos p/ União	1.225.353	1.135.187
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	14.760	63.549
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Sevidores	2.802	2.893
Créditos a Recuperar	0	62
Duplicatas e Títulos em Contencioso	26	26
Créditos Parcelados	13.395	10.917
Títulos a Receber	120	120
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	509	720
(-) Ajuste de Perdas e Demais Créditos e Valores	(647)	(647)
Total	1.302.632	1.269.713

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais efetuados, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial e são decorrentes de ações judiciais trabalhistas e cíveis.

Os Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, no total de R\$1.225.353 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$1.135.187 mil, até 31 de dezembro de 2020), referem-se aos registros dos créditos a receber do Tesouro Nacional, para honrar os pagamentos ao Cibrius, referente à dívida do contrato de saldamento e pagamentos das sentenças judiciais, conforme composição a seguir:

Tabela 15. Créditos a receber por cessão de créditos pela União - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dez/2021	Dez/2020
Contrato com o Inst. Conab de Seg. Social - Cibrius	901.863	843.794
Provisão p/Pagamento de Sentenças Trabalhistas	255.499	250.433
Provisão p/Pagamento de Sentenças Cíveis/Fiscal	67.991	40.960
Total	1.225.353	1.135.187

Fonte: Conab.

O O total de R\$901.863 mil, em 31 de dezembro de 2021 (R\$843.794 mil em 31 de dezembro de 2020), refere-se ao saldo remanescente do principal e atualizações financeiras das parcelas vincendas do Contrato de Saldamento e do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a patrocinadora e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, dividido em 228 parcelas, relativo aos Planos de Benefícios, em face do déficit atuarial apurado no processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab. O referido saldamento foi devidamente autorizado pelos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), que mensalmente repassa os recursos financeiros para pagamento da parcela vincenda no corrente mês.

O contrato original, assinado em 22.03.2016, foi substituído, em novembro de 2019, pelo Termo de Adimplemento firmado entre o

Cibrius e a Conab, após a autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União – AGU, conforme explicitado na Nota 21.1.

Nota 7. Estoques

O total de R\$230.872 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$656.285 mil, em 31 de dezembro de 2020), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, Produtos da Agricultura Familiar – PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Compra com Doação Simultânea – CDS, CPR Estoque e Aquisição de Sementes e apresentam a seguinte composição:

Tabela 16. Estoques - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dez/2021	Dez/2020
Estoques de Mercadorias para Revenda	113.815	200.801
Materiais em Trânsito	331	591
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros	1.436	3.319
Compra Antecipada – Entrega Futura	115.284	451.548
Estoques para Doação e/ou Permuta	6	26
Total	230.872	656.285

Fonte: Conab.

O total de R\$113.815 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$200.801 mil, em 31 de dezembro de 2020), representa o total de mercadorias estocadas para formação dos estoques públicos, com o objetivo de garantir a regularidade do abastecimento nacional.

Essa atividade é amparada e mantida com recursos repassados pelo Tesouro Nacional, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, para aquisição de produtos agrícolas, para formação do estoque regulador, que regulamenta as operações de vendas de produtos e o retorno dos recursos recebidos, aos cofres do Tesouro Nacional e prevê a equalização de preços, na ocorrência de desequilíbrio das contas da Conab, em caso de prejuízo, tornando nulo o resultado das atividades governamentais. Isso ocorre quando a diferença entre a receita de venda e o custo de aquisição, manutenção e despesas com a operacionalização, incluindo também, as despesas que não puderem ser agregadas aos correspondentes estoques, antes de seu encerramento e baixa de processos de perdas de produtos, judicializados, que resultar em déficit. Vide nota 14.4.

A Equalização de Preços é autorizada pelo Tesouro Nacional, a ser amortizada por lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do referido déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Os desembolsos amparados pela Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38/2004, estão devidamente identificados e contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

O total de R\$115.284 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$451.548 mil, em 31 de dezembro de 2020), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas, nos exercícios anteriores e até dezembro de 2020, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade de “Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, instituída a partir de maio de 2013. A liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide nota 9.6).

Nota 8. Despesas Antecipadas

O total de R\$4 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$2 mil, em 31 de dezembro de 2020), representa o saldo de despesas pagas antecipadamente, relativas a assinaturas de periódicos e serviços de transmissão de arquivo eletrônico à Secretaria de Estado da Fazenda.

Nota 9. Endividamento

Até 31 de dezembro de 2021, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$1.885.637 mil (R\$2.041.753 mil, até 31 de dezembro de 2020), com a seguinte composição:

9.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar: o total de R\$109.791 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$110.409 mil, até 31 de dezembro de 2020, refere-se aos valores apropriados relativos a salários, remunerações e benefícios previdenciários a pagar, encargos sociais a pagar e apropriações mensais por competência, para pagamento de férias e respectivos encargos sociais.

9.2 Operações Especiais: o total de R\$564.800 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$726.760 mil, até 31 de dezembro de 2020), refere-se aos registros dos diferimentos das receitas relativas aos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques e recebimentos de créditos, em atendimento a cronograma estabelecido pelo próprio Tesouro Nacional.

9.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e Longo Prazo: o total de R\$44.492 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$253.447 mil, até 31 de dezembro de 2020), refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, relativas a aquisições, manutenção dos estoques públicos e outros, incluindo as aquisições de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

Tabela 17. Fornecedores - curto prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dezembro/2021	Dezembro/2020
Fornecedores Nacionais	8.638	4.023
Contas a Pagar Credores Nacionais	35.793	249.292
Subtotal	44.431	253.315

Fonte: Conab.

Tabela 18. Fornecedores - longo prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dezembro/2021	Dezembro/2020
Contas a Pagar Credores Nacionais	61	132
Subtotal	61	132
Total do Curto e Longo Prazo	44.492	253.447

Fonte: Conab.

9.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo: o total de R\$1.803 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$1.352 mil, até 31 de dezembro de 2020, refere-se às obrigações fiscais com a União, Estados e Municípios, com vencimentos no mês seguinte, demonstradas a seguir:

Tabela 19. Obrigações fiscais a curto prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dezembro/2021	Dezembro/2020
II a Recolher	0	35
COFINS a Recolher	1.445	1.071
PIS/PASEP a Recolher	345	233
ICMS a Recolher	3	1
ISS a Recolher	6	7

Continua

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dezembro/2021	Dezembro/2020
Recursos Fiscais	4	5
Taxas	0	0
IPTU/TLP a Recolher	0	0
Total	1.803	1.352

Fonte: Conab.

9.5 Adiantamentos de Clientes: ototal de R\$529 mil, em 31 de dezembro 2021 (R\$593 em 31 de dezembro de 2020) refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, relativos às vendas de produtos para entrega futura.

9.6 Entidades Credoras: o total de R\$124.833 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$125.928 mil, até 31 de dezembro de 2020), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de Cédula do Produtor Rural – CPR – Alimento, Compra Antecipada – Entrega Futura e outros.

9.7 Outras Obrigações: o total de R\$39.086 mil até 31 de dezembro de 2021 (R\$44.801 mil, até 31 de dezembro de 2020), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 20. Outras obrigações – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dezem- bro/2021	Dezem- bro/2020
Consignações	13.088	17.290
Depósitos Judiciais	0	324
Depósitos e Cauções Recebidos	14.836	14.479
Indenizações, Restituições e Compensações	10.502	9.714
Diárias a Pagar	15	1
Entidades Credoras – Estados, D.F. e Municípios	1.736	2.237
Valores em Trânsito Exigíveis	127	756
Passivos em Liquidação a Classificar	(1.218)	0
Total	39.086	44.801

Fonte: Conab.

9.8 Entidades Privadas: o total de R\$86.434 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$0,00 até 31 de dezembro de 2020) refere-se ao valor das parcelas vincendas em 2021, do Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, consoante descrito na Nota 21.1.

9.9 Transferências Financeiras a Comprovar – TED: o total de R\$913.930 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$778.595 mil até 31 de dezembro de 2020), refere-se aos diferimentos dos recursos recebidos do Tesouro Nacional relativos aos Termos de Execução descentralizada – TED, para pagamento de subvenções, aquisição de produtos e CPR Alimento da Agricultura Familiar (PAA) e Outros, em andamento, que serão baixados pelos concedentes, após a aprovação das prestações de contas, conforme quadro a seguir:

Tabela 21. Transferências financeiras a comprovar – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dezembro/2021	Dezembro/2020
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	913.930	778.595
Total	913.930	778.595

Fonte: Conab.

Nota 10. Provisões a Longo Prazo

O total de R\$324.989 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$291.392 mil, até 31 de dezembro/2020), representa os valores reconhecidos como prováveis desembolsos de recursos futuros com sentenças trabalhistas, tributárias e cíveis, em conformidade com o CPC 25, conforme

quadro a seguir:

Tabela 22. Provisões – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dezembro/2021	Dezembro/2020
Provisão para Indenizações Trabalhistas	258.833	250.432
Provisão para Indenizações Tributárias	31.874	5.499
Provisão para Indenizações Cíveis	34.282	35.461
Total	324.989	291.392

Fonte: Conab.

10.1 Provisões para Indenizações de débitos trabalhistas, decorrentes de ações trabalhistas movidas por empregados e ex-empregados, requerendo promoções por antiguidade e merecimento, incorporações de função gratificadas e outras.

10.2 Provisões para Indenizações Tributárias, referente a débitos fiscais de ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

10.3 Provisões para Indenizações de débitos Cíveis, referentes a ações cíveis, que tem como objeto requerer indenizações de perdas de produtos e outras.

Nota 11. Demais Obrigações a Longo Prazo

O total de R\$904.548 mil até 31 de dezembro de 2021 (R\$923.234 mil, até 31 de dezembro de 2020), está composto pelas rubricas “Precatórios de Terceiros”, “Depósitos e Cauções Recebidos” e “Entidades Privadas de Previdência”. Este último refere-se ao Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, consoante descrito na Nota 21.1.

Tabela 23. Demais obrigações a longo prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dezem- bro/2021	Dezem- bro/2020
Precatórios de Terceiros	2.033	0
Depósitos e Cauções Recebidos	652	722
Entidades Privadas de Previdência	901.863	922.512
Total	904.548	923.234

Fonte: Conab.

Nota 12. Patrimônio Líquido

12.1 Capital Social: o Capital Social da Conab é de R\$302.801 mil, dividido em 1.859.907 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

12.2 Reservas de Lucros: o total de R\$18.963 mil até 31 de dezembro de 2021 e até 31 de dezembro de 2020, está assim representado:

Tabela 24. Reservas de Lucros – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dezembro/2021	Dezembro/2020
Reserva Legal	18.963	18.963
Total	18.963	18.963

Fonte: Conab.

12.3 – Resultado Líquido do Exercício: até o quarto trimestre de 2021, a Companhia apurou prejuízo de R\$27.345 mil, (prejuízo de R\$30.411 mil, até o quarto trimestre de 2020). Já no período compreendo entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021 houve lucro de R\$7.418 mil, tendo, no período de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2020, apurado o prejuízo no valor de R\$19.195 mil.

Estes representam os resultados das atividades próprias da Companhia, sendo composto pelo resultado líquido das Receitas de

Prestação de Serviços, Resultado da Alienação de Bens, Receitas Operacionais Diversas, Subvenções recebidas do Tesouro Nacional (Pessoal/Custeio), menos as Despesas Operacionais (Pessoal e Despesas Comerciais Administrativas). Os resultados das atividades governamentais não interferem no resultado da Conab, por se apresentarem zerados, em razão das características e normativos que norteiam essas operações.

Tabela 25. Resultado líquido do exercício - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
Resultado Líquido do Exercício	(27.345)	(30.411)	7.418	(19.195)
Total	(27.345)	(30.411)	7.418	(19.195)

Fonte: Conab.

Nota 13. Demonstração dos Fluxos de Caixa -DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e 2016NBCTG03(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

13.1 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: até 31 de dezembro de 2021, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresenta o saldo de R\$58.006 mil (R\$-28.808 mil, até 31 de dezembro de 2020) e referem-se aos resultados das variações apresentadas no 4º Trimestre de 2021 - 2020, das principais atividades da Conab.

13.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: até 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa das atividades de investimentos, apresenta o saldo de R\$36 mil (R\$-1.672 mil, até 31 de dezembro de 2020) e representam aplicações no imobilizado, resgate de Notas do Tesouro Nacional – NTN –P, que estavam sob a guarda do Banco do Brasil S/A, bem como vendas do ativo permanente e Outros.

13.3 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento: até 31 de dezembro de 2021 e mesmo período de 2020, não houve registros nesse grupo.

13.4 Variação nas Disponibilidades: o valor de R\$58.042 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$-30.480 mil, até 31 de dezembro de 2020), referem-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representada por recursos próprios da Conab, recursos para pagamento de pessoal, consignações e recursos para execução de Termos de Execução Descentralizada –TED, destinados à aquisição de produtos para o Programa PAA e formação dos estoques públicos.

Nota 14. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

14.1 Receita Operacional Líquida: as receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos Estoques Estratégicos, Reguladores e Receita de Armazenagem/Aluguéis. Os totais incluindo as deduções nos 4º Trimestres de 2021 e 2020, foram de R\$175.583 mil e R\$207.675 mil, respectivamente. Já nos períodos compreendidos entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021 – 2020, os totais apurados foram de R\$32.142 mil e R\$49.862 mil.

Os Estoques Estratégicos são formados por produtos comprados de produtores que adquiriram o contrato de opções junto à Conab, que fizeram a opção de venda de seus produtos em conformidade com o referido contrato. As vendas desses estoques são destinadas ao Programa Venda em Balcão, com o objetivo de viabilizar os acessos de pequenos criadores e micro-agroindústrias.

Os Estoques Reguladores são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, Cooperativas e Associações, através da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM com o objetivo de garantir renda mínima aos produtores rurais, assegurar a regularidade do abastecimento nacional e o controle de preços. Em geral as vendas desses estoques são realizadas por meio de leilões.

A receita da prestação de serviços de armazenagem é oriunda

da guarda e conservação de produtos agrícolas de terceiros, recebidos e mantidos nos armazéns, de acordo com padrões e normas estabelecidos pela Companhia.

Tabela 26. Receita de vendas e serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
Vendas Est. Estratégicos	135.983	187.119	14.645	46.632
Vendas Est. Reguladores-PGPM	16.097	2.317	16.056	96
Serv. de Armazenagem e Outros	27.706	21.822	3.607	3.571
Ded. Rec. de Vend. e Serviços	(4.203)	(3.583)	(2.166)	(437)
Total	175.583	207.675	32.142	49.862

Fonte: Conab.

14.2 Deduções das Receitas de Vendas e Serviços: estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS, Descontos Incondicionais e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais no 4º Trimestre de 2021 e 2020, foram de R\$4.203 mil e R\$3.583 mil, respectivamente. Já nos períodos compreendidos entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021 – 2020, os totais apurados foram de R\$2.166 mil e R\$437 mil, conforme segue:

Tabela 27. Deduções das Receitas de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
ICMS	1.831	1.254	1.715	41
ISS	431	357	103	67
PIS/PASEP	295	259	62	36
COFINS	1.361	1.194	284	164
Descontos Incondicionais	281	518	0	129
Desconto Financeiro Concedido	4	1	2	0
Total	4.203	3.583	2.166	437

Fonte: Conab.

14.3. Custo das Mercadorias Vendidas: representa as baixas dos valores dos estoques, relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 28. Custo das mercadorias vendidas - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
CMV	218.977	273.845	50.987	62.412
Total	218.977	273.845	50.987	62.412

Fonte: Conab.

14.4 Equalização de Preços: até o 4º Trimestre de 2021, o total da Equalização de Preços das vendas, alcançou o montante de R\$68.723 mil, proveniente em sua maioria das vendas do milho, das operações Mercado de Opções e da Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM. No mesmo período do ano de 2020, o valor da Equalização totalizou R\$85.428 mil. A variação foi decorrente da redução das vendas até o quarto trimestre de 2021. Já nos períodos compreendidos entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021 – 2020, os totais apurados foram de R\$22.000 mil e R\$15.723 mil, conforme segue:

Tabela 29. Equalização de preços - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
Equalização de Preços	68.723	85.428	22.000	15.723

Continua

Total	68.723	85.428	22.000	15.723
-------	--------	--------	--------	--------

Fonte: Conab.

14.5 Lucro Bruto: até o 4º Trimestre de 2021, o Lucro Bruto, apresentou o saldo de R\$25.329 mil (R\$19.256 mil, até o 4º Trimestre de 2020), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços, Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços. Já nos períodos compreendidos entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021 – 2020, os totais apurados foram de R\$3.155 mil e R\$3.173 mil, conforme segue:

Tabela 30. Lucro bruto - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
Lucro Bruto	25.329	19.258	3.155	3.173
Total	25.329	19.258	3.155	3.173

Fonte: Conab.

14.6 Despesas Operacionais: o total de R\$1.183.453 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$1.107.969 mil até 30 de dezembro de 2020) compreendem as despesas com pessoal e comerciais e administrativas, necessárias à manutenção da atividade da Companhia. Já nos períodos compreendidos entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021 – 2020, os totais apurados foram de R\$291.861 e R\$297.423 mil, conforme segue:

Tabela 31. Despesas de pessoal - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
Remuneração a Pessoal	507.002	491.819	134.045	129.911
Sentenças Judiciais	27.924	0	3.172	0
Obrigações Patronais	178.553	172.290	47.045	45.419
Contr. Ent. Fec. de Previdência	104.457	97.984	28.368	26.029
Benefícios a Pessoal	46.080	47.355	11.411	37.672
Outras Desp. Var. Pessoal Civil	102.372	116.166	23.799	31.171
Total das Desp. de Pessoal	966.388	925.614	247.840	270.202

Fonte: Conab.

Tabela 32. Despesas comerciais/administrativas - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
Consumo de Materiais	5.975	3.464	1.975	1.031
Diárias	3.622	2.649	1.153	1.133
Serv..Téc. Prof.- P. Física	1.360	1.511	303	493
Serv. Téc. Prof. – P. Jurídica	136.512	123.174	38.685	9.009
Imp., Taxas e Contr. de Melhoria	9.940	7.750	3.286	797
Outras Despesas Operacionais	59.656	43.807	(1.381)	14.758
Total Desp. Comerciais/Administrativas	217.065	182.355	44.021	27.221

Fonte: Conab.

14.7 Receitas Operacionais Diversas: o total de R\$71.135 mil, até 31 de dezembro de 2021 (R\$73.084 mil, até 31 de dezembro de 2020), representa os recebimentos de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receitas de valores mobiliários e receitas diversas. Já nos períodos compreendidos entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021 – 2020, os totais apurados foram de R\$12.541 mil e R\$19.504 mil, conforme segue:

Tabela 33. Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
Multas e Juros de Mora	2.589	1.266	1.521	282
Indenizações e Restituições	4.459	12.963	1.475	1.749
Receitas de Valores Mobiliários	347	112	215	11
Receitas Diversas	63.740	58.743	9.330	17.462
Total	71.135	73.084	12.541	19.504

Fonte: Conab.

14.8 Outros Resultados: o total de R\$1.149 mil, até 31 de dezembro de 2021, representa o ganho obtido no resgate de Notas do Tesouro Nacional – NTN -P. sob a guarda do Banco do Brasil S/A, entradas e saídas de bens por doação, incorporação e desincorporação de bens e alienação. O total de R\$3.381 mil, até 31 de dezembro de 2020, representa valor recebido na alienação de bens móveis, entrada de bens por doação e baixa de bens por alienação. Já nos períodos compreendidos entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021 – 2020, os totais foram de R\$-206 mil e 3.157 mil, referentes a alienação de bens, entrada de bens por doação, baixa de bens por doação, incorporação de ações, devolução de imóveis cedidos e reversão de doação de terreno doado à Conab.

Tabela 34. Outros Resultados - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
Alienação de Bens Móveis	(4)	30	0	0
Desincorporação de Ativos	(2.727)	(176)	(206)	(215)
Incorporação de Ativos	3.880	3.527	0	3.372
Total	1.149	3.381	(206)	3.157

Fonte: Conab.

14.9 Resultado Financeiro: o total de R\$6.146 mil, até 31 de dezembro de 2021, (R\$4.235 mil, até 31 de dezembro de 2020), representa as despesas com juros pagos e receitas de juros e encargos de mora sobre fornecimento de bens e serviços, remuneração de aplicações financeiras e atualização monetária. Nos períodos compreendidos entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021 – 2020, os totais apurados foram de R\$2.599 mil e R\$574 mil, conforme segue:

Tabela 35. Resultados financeiros - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
Despesas Financeiras	(41)	(6)	(8)	0
Receitas Financeiras	6.187	4.241	2.607	574
Total	6.146	4.235	2.599	574

Fonte: Conab.

4.10 Subvenções do Tesouro Nacional: o total de R\$1.052.349 mil, até 31 de dezembro de 2021, (R\$977.600 mil, até 31 de dezembro de 2020), representa as transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com custeio/pessoal. Já nos períodos compreendidos entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021 – 2020, os totais apurados foram de R\$281.190 e R\$251.820 mil, conforme segue:

Tabela 36. Subvenções do Tesouro Nacional - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	1.052.349	977.600	281.190	251.820

Continua

Total	1.052.349	977.600	281.190	251.820
-------	-----------	---------	---------	---------

Fonte: Conab.

Nota 15. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008/NBC-TG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

Nota 16. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas na 2017/NBCTG26(R5) e demonstra as ocorrências até o quarto trimestre de 2021, bem como as modificações até 31 de dezembro de 2020, nas contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido (Vide Notas 12.3 e 17).

Nota 17. Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico 2017/NBCTG26(R5). No 4º Trimestre de 2021 apresentou o total de R\$371 mil, que se enquadra como Outros Componentes do Resultado Abrangente e refere-se a ajustes de exercícios anteriores representado por registros de Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado – Bens Móveis. Já no 4º Trimestre de 2020, apresenta o total de R\$-719 mil, que se enquadra como Outros Componentes do Resultado Abrangente e refere-se também a ajustes de exercícios anteriores, estando representado por registros de desconhecimento dos saldos dos bens móveis e imóveis em poder de terceiros. A adoção desta nova diretriz visou a atender a nova definição de ativo prescrita pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e 2017/NBCTSP07, Teve também o objetivo de evidenciar a situação de todos aqueles que utilizem, guardem, gerenciem ou administrem bens cedidos, conforme art. 3º inciso IV, do Decreto nº 6.976, de 07/10/2009. No decorrer do exercício de 2020, após análise minuciosa da situação dos bens, foram feitas as regularizações e adequações contábeis necessárias. Os resultados abrangentes estão compostos conforme quadro a seguir:

Tabela 37. Demonstração do Resultado Abrangente - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre			
	Dez/2021	Dez/2020	01 de out. até Dez/2021	01 de out. até Dez/2020
Resultado Líquido do Período	(27.345)	(30.411)	7.418	(19.195)
(+/-) Outros Comp. do Result. Abrangente	371	(719)	371	(728)
Ajustes de Exerc. Anteriores	371	(719)	371	(728)
Resultado Abrangente do Período	(26.974)	(31.130)	7.789	(19.923)

Fonte: Conab.

Nota 18. Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Outros Controles”, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a multas previstas em contratos, perdas/desvios em armazenagem, de

produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão, na maioria, nos estados de Mato Grosso, Piauí, Maranhão e São Paulo e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, ocorridas com maior relevância no Estado de Goiás, perda em armazenagem de café, no estado de Minas Gerais e Outras. Até 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020), a conta 7.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração, apresentou os saldos a seguir:

Tabela 38. Diversos responsáveis em apuração - em R\$mil

Exercício	Saldo
Até 31/12/2021	52.962
Até 31/12/2020	56.397

Fonte: Conab.

Nota 19. Ativos Contingentes

Os Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial, no montante de R\$487.710 mil, em 31 de dezembro de 2021 (R\$312.822 mil em 31 de dezembro 2020), conforme quadro a seguir, foram classificados pelas áreas jurídicas da Companhia como ativos contingentes, os quais foram baixados da conta de ativo “Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial”, no mês de dezembro/2020, em cumprimento ao CPC 25, itens 31 a 35 e, registrados em contas de controle, para acompanhamento, os quais serão avaliados periodicamente, conforme o item 35 do referido CPC, e aqueles processos judiciais que nos seus desenvolvimentos alcançarem a condição de recebimento “praticamente certa”, com expectativa de entrada de benefício econômico, o ativo e os correspondentes ganhos serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrerem as mudanças de estimativas. Os casos de benefícios econômicos que se tornarem prováveis, a Conab divulgará na data do balanço o Ativo Contingente, conforme item 89 do CPC 25.

Os valores relativos às Operações Governamentais, além de cumprir os critérios estabelecidos no CPC 25 itens 31 a 35, também são regulados pela Portaria Interministerial MAPA/MF nº 38/2004, art. 4º alínea c, por essa razão os mesmos estão registrados a receber do Tesouro Nacional, na conta Recursos da União, aguardando as decisões judiciais e caso ocorra desfecho desfavorável os valores das perdas dos processos judiciais serão baixados e submetidos à autorização da equalização de preços, à Secretaria do Tesouro Nacional – STN e os processos em que ocorrerem os desfechos favoráveis seguirão os procedimentos estabelecidos na portaria em comento.

Tabela 39. Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Até Dezembro/2021	Dezembro/2020
Estoques Estratégicos	17.275	16.699
Atividade Própria	149.149	67.805
Operações Governamentais	299.565	209.455
Unidades PAA	21.721	18.863
Total	487.710	312.822

Fonte: Conab.

Nota 20. Contingências Passivas

20.1 Contingências Passivas Possíveis: são ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de desembolsos do que as Provisões Passivas. Estão sendo divulgadas nesta nota conforme CPC 25, normatizado pela Resolução CFC 1.180/2009 e são compostas das ações a seguir, conforme quadro abaixo.

a)Cíveis: são representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens.

b)Tributárias: são representadas pelos processos judiciais re-

ferentes a autos de infração do INSS, de ICMS e outros.

c) Trabalhistas: são ações judiciais movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, constituídas na maioria, por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

Tabela 40. Contingências Passivas possíveis - em R\$mil

Descrição	Até Dezembro/2021	Dezembro/2020
Cível	56.883	59.757
Tributárias	11.491	11.885
Trabalhista	61.920	62.976
Total	130.294	134.618

Fonte: Conab.

Nota 21. Benefícios Concedidos aos Empregados

21.1 Plano de Previdência Complementar: o Cibrius é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, fundada em 13/03/1979, consoante Portaria n.º 1.383/MPAS, de 08/03/1978, com autonomia administrativa e financeira, sem fins lucrativos, regulada pelas Leis Complementares nºs 108/2001 e 209/2001 e demais normas aplicáveis às Entidades dessa natureza. Constituída sob a forma de sociedade civil pela sua patrocinadora instituidora Companhia Brasileira de Armazenamento - Cibrazem, sucedida pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Figura, ainda, como patrocinador o próprio Cibrius.

O Instituto tem o objetivo precípuo de administrar planos de natureza previdenciária, os quais concedem a suplementação de benefícios previdenciais aos empregados, ativos e assistidos, da patrocinadora Conab e do próprio Cibrius na forma do regulamento dos mencionados planos de benefícios, devidamente registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das EFPC (CNPB).

A Conab contratou a Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, nome de fantasia Vesting Consultoria Financeira e Atuarial para validar e calcular as insuficiências atuariais dos planos de benefícios, conforme recomenda o CPC 33 (R1), que após avaliação e análise concluiu que atualização dos valores (correção monetária mais juros) está contemplada no Termo de Adimplemento firmado entre as partes, ratifica-se que o valor contratado da dívida foi apurado mediante cálculos atuariais oriundos da aplicação de bases técnicas consistentes e tecnicamente fundamentadas, auditadas por consultoria externa e que os valores e parâmetros que compõem a planilha de acompanhamento foram recalculados e na conclusão do seu relatório – Parecer Atuarial, acerca do cálculo da dívida da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), patrocinadora do Plano de Benefícios da Conab, junto ao Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, atesta a sua pertinência e que a planilha de controle da dívida se encontra corretamente parametrizada, os valores ali incluídos, em particular os percentuais de variação mensal do INPC, estão corretamente reproduzidos, as parcelas mensais atualizadas e o saldo devedor estão, corretamente apurados, de forma que a dívida contratada está sendo, até o momento, efetivamente e adequadamente refletida na mencionada planilha de controle sendo também supervisionada pela Auditoria - Geral da Conab, por meio de Nota Técnica Nº 3, de 29/4/2020, que registra sua aprovação quanto “à regularidade dos cálculos apresentados, tendo por base o valor apresentado no Termo de Adimplemento assinado pelas duas entidades”

A empresa de Consultoria Atuarial contratada, para validar o cálculo da dívida e, também, calcular das provisões atuariais dos três Planos, de acordo com a deliberação CVM nº 695/12 e Pronunciamento CPC 33 (R1), concluiu no item Considerações Finais, no Relatório Técnico emitido para cada plano de previdência, na posição de 31/12/2019, que procedeu o cálculo e a avaliação atuarial dos Planos de Benefício Conab Prev., Plano de Benefício Conab Saldado e Plano de Benefício Conab, que o montante do passivo registrado na contabilidade da patrocinadora é suficiente para honrar os compromissos junto ao Instituto de Seguridade Social – Cíbrus, não restando, por conseguinte, necessidade de provisão nas demonstrações contábeis da Conab, em conformidade ao CPC 33 (R1), não trazendo, nenhum impacto financeiro ao resultado econômico da Conab.

A propósito, cumple registrar que o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano Conab, código CNPB nº 19.790.007-19; Plano

Conab Saldado, código CNPB nº 2015001492 e Plano ConabPrev, código CNPB nº 2015001311.

Os Planos Conab e Conab Saldado, constituídos na modalidade de benefício definido (BD) estão fechados para novas adesões. Somente o Plano ConabPrev, de contribuição definida (CD), está aberto para novos entrantes. Os citados Planos recebem contribuições normais mensais das patrocinadoras e dos participantes de forma paritária, obedecendo a legislação pertinente.

Para melhor entendimento da questão na linha do tempo, cumpre destacar que, em dezembro de 2015, após as autorizações dos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), foi implementado o processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab (plano de origem), criando o Plano Conab Saldado e o Plano ConabPrev. Observe-se que o Plano Conab ainda está ativo, visto que remanesce pequeno número de participantes que não migraram para os dois outros planos.

O mencionado processo de saldamento apurou insuficiência atuarial do antigo Plano Conab, cabendo à Conab, na condição de patrocinadora, a importância de R\$ 691.556.mil, assim distribuídos: R\$ 426.309 mil decorrentes dos reflexos das disposições contidas na Lei 8.020/1990 e R\$ 265.217 mil, referente à paridade contributiva contida no § 1.º do art. 6.º da Lei Complementar 108/2001. Coube aos participantes a importância de R\$ 265.217 mil, a qual foi paga integralmente (deduzida das reservas técnicas de cada participante) por ocasião da migração para os novos planos.

Para dar início ao pagamento do aludido déficit, a Conab e o Cíbrus formalizaram, em 22.03.2016, Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida Relativo aos Planos de Benefícios, o qual previa o pagamento da dívida em 228 parcelas consecutivas com vencimento da 1.ª em 60 dias após a assinatura. Contudo, a validade do contrato foi questionada pelo MAPA e pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, sob a alegação de descumprimento do § 4.º do art. 1.º da Lei nº 9.469/97.

Iniciou-se, a partir daí, as tratativas entre os órgãos competentes para assinatura de contrato substitutivo, sendo que tais tratativas estavam em curso na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União – CCAF/AGU.

No dia 28/08/2019, a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento assinou Despacho Decisório autorizando a Conab a celebrar o acordo com o Cibrius para adimplemento da dívida apurada em avaliação atuarial nos termos do instrumento apresentado pela CCAF/AGU.

Em novembro/2019, foi concluído o processo de conciliação instaurado na CCAF/AGU com a autorização do MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União - AGU, propiciando razoável segurança jurídica quanto aos aspectos formais dos instrumentos contratuais firmados entre Conab e Cibrius, Termo de Adimplemento, que substituiu o contrato original, em que a Conab, na condição de patrocinadora, se compromete a pagar o valor acordado de R\$ 990.626 mil (montante inicial atualizado até novembro/2019 pela aplicação do INPC/IBGE e de taxa de juros de 5% a.a.), com um aporte inicial de R\$ 80.311, mil em dezembro/2019 e o saldo remanescente em 228 (duzentas e vinte e oito) parcelas mensais a partir de janeiro/2020, tendo sido mantidas as demais cláusulas do contrato anterior.

No transcorrer das tratativas para a contratação das insuficiências atuariais do serviço passado, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em face do posicionamento do Mapa, sugeriu que, se fosse o caso, a contratação de auditoria atuarial para validação dos cálculos dos débitos de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. Em face das restrições orçamentárias e o tempo exigido para o processo licitatório no contexto da Lei 8.666/93, a Conab solicitou ao Cíbrus a realização do processo de contratação, na condição de que a Auditoria interna da Conab fizesse o acompanhamento, *pari passu*, de todas as etapas do contrato, que resultou na emissão da Nota Técnica Audin Nº 05/2017 (corroborando com a posição da auditoria atuarial que atestou a correção do cálculo elaborado anteriormente). A Nota Técnica da Auditoria foi encaminhada à Diretoria de Cálculos e Perícias – DPC da Advocacia-Geral da União –

AGU, por meio do Ofício Presi/Conab Nº 126, de 20/03/2017..

21.2 Serviço de Assistência à Saúde - SAS: em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, no percentual de cinquenta por cento, do total do gasto consigo e seus dependentes típicos e atípicos, mediante desconto em folha de pagamento.

Nos casos em que a participação financeira do usuário ultrapassar o limite de dez por cento de sua margem consignável, o desconto em folha limitar-se-á a esse valor e o saldo remanescente descontado nos meses subsequentes, até a liquidação do total do débito, conforme cláusula nona, inciso III, item 5 da norma citada.

Nota 22. Remuneração dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “c”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, no 4º Trimestre de 2021 e em dezembro de 2020, as remunerações dos dirigentes e empregados, foram as seguintes:

Tabela 41. Remunerações - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Maior Remuneração Dirigente	31.591,09	28.517,08
Menor Remuneração Dirigente	31.591,09	28.517,08
Maior Remuneração Empregado	39.293,32	39.293,32
Menor Remuneração Empregado	1.213,20	2.202,71

Fonte: Conab.

Tabela 42. Salários Médios - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Dirigentes	31.591,09	28.517,08
Empregados	8.812,45	6.033,90

Fonte: Conab.

Nota 23. Repasses e Termos de Execução Descentralizada - TED

Relativamente às transferências financeiras, no período de janeiro a dezembro/2021, foram recebidos os totais de R\$172.266 mil, para execução no exercício corrente e R\$254.564 mil, para pagamento de Restos a Pagar, conforme segue:

Para atender o Programa para Formação de Estoques da PGPM e Mercados de Opções, foi recebido da Coordenadoria Geral de Orçamento e Finanças - Mapa, o total de R\$127.482 mil, para execução no exercício corrente e R\$10.000 mil para pagamento de Restos a Pagar.

Para a comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), no âmbito da Agricultura Familiar, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa, o total de R\$25.000 mil, para execução no exercício corrente e R\$4.998 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, assinado com o Ministério da Cidadania - Segurança Alimentar e Nutricional – SEISP, foi recebido o total de R\$245 mil para execução no exercício corrente e R\$442 mil, para pagamentos de Restos a Pagar.

Para aquisição e disponibilização de alimentos a famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE) em situação de insegurança alimentar e nutricional, foi recebido do Ministério da Cidadania – Segurança Alimentar e Nutricional – SEISP, o total R\$17.823 mil, para execução no exercício corrente e R\$192.454 mil,

para pagamentos de Restos a Pagar. Para atender despesas autorizadas por Emenda Parlamentar, com aquisições do PAA, foi recebido da – Segurança Alimentar e Nutricional - SEISP, o total R\$7.030 mil para pagamentos de Restos a Pagar. Para pagamento de Restos a Pagar, foi recebido da Coordenação de Orçamento e Finanças, o valor de R\$2 mil. Para operacionalização do Programa de Aquisições de Alimentos do PAA, no âmbito da ação de enfrentamento da emergência da saúde pública decorrente do coronavírus, foi recebido do Ministério da Cidadania - Segurança Alimentar e Nutricional - SEISP, o valor de R\$35.944 mil, para pagamentos de Restos a Pagar. Para aquisição de produtos de agricultores familiares foi recebido do Ministério da Cidadania - Segurança Alimentar e Nutricional - SEISP, o total de R\$2.481 mil, para pagamento de Restos a Pagar. Para a fiscalização do Programa Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola, o valor de 644mil, para execução no exercício corrente. Para as despesas com o levantamento de safra, foi recebido do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ, o valor de R\$318 mil, para execução no exercício corrente. Para distribuição de kits de limpeza e higiene, foi recebido da Secretaria de Política de Programa da Igualdade Racial – SNPPIR, o valor de R\$336 mil, para execução no exercício corrente. Para ações do combate ao Fome Zero, foi recebido da Secretaria de Segurança Nutricional – SAN-SEISP, o valor de R\$581 mil, para pagamentos de Restos a Pagar. Para atender Emenda Parlamentar, foi recebido da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – MAPA, o valor de R\$300, para pagamentos de Restos a Pagar. Para execução no exercício corrente, foi recebido da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/SAF/MAPA, o valor de R\$196 mil. Para as despesas com fiscalização em empresas produtoras de biodiesel, foi recebido da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo/SAF/Mapa, o valor e R\$98 mil, para execução no exercício corrente. Para atender despesas com fiscalização do Proagro, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola/SPA/MAPA, o valor de R\$124 mil, para execução no exercício. Para atender Emenda Parlamentar, foi recebido da Assessoria Especial de Relações do Governo e Institucionais – AERIN-GM, o valor de 332 mil, para pagamentos de Restos a Pagar. Nota 24. Outros Assuntos 24.1 Reflexos da Pandemia - Covid-19 nas Operações da Companhia Desde a chegada da pandemia do Covid-19 ao país, no início de 2020, a Conab, relevante parceira na execução de políticas sociais que beneficiam parte da sociedade, vem recebendo inúmeras demandas para atendimento a diversos grupos vulneráveis. Ao longo de 2021, a Companhia seguiu adotando estratégias para proteção de seu corpo funcional, no contexto da pandemia. Manteve-se, assim, a possibilidade de cumprimento de jornada de trabalho reduzida e de trabalho remoto, considerando os respectivos enquadramentos nos perfis considerados de risco. Os reflexos da pandemia não inviabilizaram a formalização, no 4º trimestre, de novas parcerias institucionais com órgãos da Administração Federal Direta, a exemplo do TED nº 08/2021, firmado em	09/12/2021 junto ao Ministério da Cidadania. A parceria, que visa ao cumprimento de decisão judicial exarada no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709, viabilizará a descentralização de R\$186.675 mil, para fins de aquisição e de distribuição de 1.165.585 cestas de alimentos a 233.117 famílias indígenas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Do total de recursos previstos no TED, R\$173.363 mil, foram repassados à Conab, ainda em 2021, viabilizando a aquisição, já em dezembro do referido exercício, de 232.617 cestas de alimentos prontas, a serem entregues diretamente nos destinos informados pela Funai, e dos alimentos necessários à formação de outras 932.968 cestas. O recebimento dos alimentos nas Unidades Armazenadoras da Conab ocorrerá nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. As distribuições estão previstas para ocorrerem ao longo de 2022, dependendo de informações e condições logísticas dos parceiros do projeto (Ministério da Cidadania e Funai). Quanto ao Programa de Venda em Balcão - ProVB, a equipe técnica responsável, seja na matriz, seja nas Regionais, seguiu, no 4º trimestre de 2021, envidando todos os esforços necessários para evitar o desabastecimento de milho em grãos nas Unidades Armazenadoras da Conab. Como resultado, foram atendidos 3.072 clientes, em 7.501 atendimentos, tendo sido comercializadas cerca de 8.807 toneladas de milho em grãos. O envolvimento de todos os técnicos, analistas e gestores da Gepab e da Supab viabilizou a edição da Medida Provisória nº 1.064, de 17/08/2021, a qual, a partir de tratativas e contribuições exaradas ao longo do 4º trimestre do exercício, foi convertida na Lei nº 14.293/2022, que institui o Programa de Venda em Balcão. O referido marco legal consiste em grande orgulho para as áreas envolvidas nessa conquista, e representa vitória para os pequenos criadores de animais, inclusive aquícultores, que utilizam o milho em grãos como insumo principal para a alimentação de seus planteis. Em relação às ações de apoio à agricultura familiar, as entregas do então Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) processadas no 4º trimestre totalizaram o montante de R\$24.447 mil, em 521 municípios. Foram entregues 8 mil toneladas de produtos, por 9.954 agricultores familiares organizados em 835 associações e cooperativas. Também cumpre destacar a criação do Programa Alimenta Brasil, instituído por meio da Medida Provisória nº 1.061, de 9/8/2021. Posteriormente, também a partir de contribuições e aperfeiçoamentos propostos pela equipe técnica ao longo do 4º trimestre, a referida MP foi convertida na Lei nº 14.284, de 29/12/2021. Essencialmente, o Programa Alimenta Brasil tornou-se o substituto do PAA. Ainda em relação às ações de apoio à agricultura familiar, foi formalizado, junto ao Ministério da Cidadania, o TED nº 001/2021, com dois aditivos, com o objetivo de operacionalizar o Programa Alimenta Brasil, a partir de recursos oriundos de emendas parlamentares do exercício de 2021, totalizando R\$20.053 mil. No âmbito dessa parceria houve a execução da modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), no montante de R\$19.964 mil. Os valores investidos possibilitarão a comercialização de 5,6 mil toneladas de alimentos produzidos por 2.874 agricultores familiares, organizados em cooperativas ou associações que apresentaram à Conab 166 projetos, gerando uma renda média por agricultor familiar de R\$7 mil. Quanto à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio, no 4º trimestre de 2021, os pagamentos de subvenção direta ao produtor extrativista totalizaram R\$10.699 mil, correspondendo à subvenção de 22 mil toneladas de produtos para 5.901 extrativistas dos Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rondônia e Santa Catarina. Por fim, cumpre destacar as ações executadas no âmbito da Cooperação Humanitária Internacional. Até o mês de dezembro de 2021, foram doadas 4 mil toneladas de arroz ao Líbano e 3 mil toneladas de arroz a Moçambique, de um total de 8 mil toneladas, referentes às tratativas iniciadas junto à Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE, no ano de 2020. Parte dos referidos quantitativos encontra-se em trânsito até seus destinos	finais, com previsão de chegada ainda no primeiro trimestre de 2022. Ressalta-se que a expertise e a credibilidade da Conab contribuíram para os resultados das ações de todos os Programas e ações executados ao longo do exercício, com impactos sociais positivos e reconhecidos nacional e internacionalmente pelos diversos atores envolvidos. Dessa forma, a Conab consolida a sua missão ao “promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas.” 24.2 Medidas de enfrentamento diante da Pandemia - Covid - 19 A Conab instituiu o Comitê de Gerenciamento de Crise em 19/03/2020, com o objetivo de reduzir e mitigar os impactos causados pela Covid-19, no âmbito da Companhia, de forma a garantir a segurança e integridade das pessoas e bens, bem com a manutenção dos serviços essenciais e estratégicos. Foi disponibilizada uma página exclusiva na Intranet sobre a Covid-19 onde os empregados encontram o Plano de Contingência, Plano de Continuidade de Serviços, o Painel Covid-19, os protocolos disponíveis e atualizados e documentos oficiais expedidos pela Companhia sobre o assunto em tela. Dentre os protocolos disponíveis estão: protocolo para o local de trabalho, protocolo do uso de máscaras, protocolos para viagens pela Conab, protocolo de retorno ao trabalho presencial, etc. É obrigatório o uso de máscara em todas as Unidades da Companhia, tanto para entrar nas dependências da Conab quanto para a permanência. Ademais, a Gebem emitiu a Nota Técnica nº 270/2020, para todas as Superintendências Regionais sobre a adoção de medidas complementares necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19), com a aquisição de protetores faciais e de termômetros digitais infravermelhos sem contato. Assim, a Conab reforça constantemente as orientações constantes nos protocolos, por meio de matérias na intranet, disponibilizadas por e-mail a todo corpo funcional e ao whatsapp dos gestores da Companhia. Visando garantir a saúde e segurança dos empregados e manter a continuidade dos negócios da Companhia, por meio do Ofício Circular Interno Presi n.º 064/2021, foi prorrogada a vigência do Protocolo de Retorno ao Trabalho Presencial por tempo indeterminado, podendo ser alterada de acordo com novas diretrizes emanadas pelos órgãos gestores. Em 11/03/2021, foi emitido o Ofício Circular Interno Presi SEI n.º 007/2021, com as medidas temporárias de prevenção ao contágio do Coronavírus definidas no âmbito da Conab, com vigência enquanto perdurar o estado de calamidade na saúde em decorrência da Covid-19, ou até que outro o modifique ou revogue. Em 17/08/2021 a Presidência da Conab emitiu o Ofício Circular Interno Presi SEI n.º 15/2021, informando que, para dar continuidade aos serviços prestados pela Companhia considerados essenciais e estratégicos, a Diretoria Executiva, em reunião realizada naquela data com o Comitê de Gerenciamento de Crise, determinou que ficará a cargo dos gestores da matriz e regionais a discricionariedade sobre o retorno ao trabalho presencial de seus colaboradores, devendo ser observadas as premissas gerais para garantia de um retorno seguro ao trabalho presencial. Em 10/12/2021 foi emitido novo Ofício Circular Interno Presi SEI n.º 22, determinando o retorno dos empregados da Companhia às suas atividades presenciais (excetuando-se os integrantes dos grupos prioritários enquadrados no art. 11 da Portaria n.º 328/2021 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) no dia 3/1/2022.
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.		

Com o aumento dos casos de Covid-19 reportados em todo o país, ficam reestabelecidas, em âmbito nacional, medidas mais restritivas de combate ao Coronavírus, a partir de 19/1 até o dia 2/3/2022, podendo este prazo ser antecipado ou prorrogado a depender do monitoramento da pandemia no país (Ofício Circular Interno Presi SEI N.º 6/2022). Em virtude das novas diretrizes divulgadas pelo Ministério da Saúde em 10/1/2022 e as instruções disponibilizadas na Portaria Interministerial MTP/MS nº 14, publicada no Diário Oficial da União de 25/1/2022, foi expedido o Ofício Circular Interno Presi SEI N.º 8/2022, alterando o período de afastamento laboral presencial quando de casos confirmados ou suspeitos para Covid-19, bem como de contato com suspeitos e positivados para Covid-19.		A Companhia segue vigilante em suas campanhas de incentivo à vacinação contra quaisquer síndromes gripais, incluindo a Covid-19. A vacinação é uma medida de proteção coletiva, alcançando não apenas a si mesmo, mas também aos demais colegas de trabalho.. Brasília – DF, 8 de março de 2022 GUILHERME AUGUSTO SANCHES RIBEIRO Diretor-Presidente BRUNO SCALON CORDEIRO Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas		JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JÚNIOR Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento JOSÉ FERREIRA DA COSTA NETO Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização SERGIO DE ZEN Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações ELINALDO JOS-É DA ROCHA Superintendente de Contabilidade Contador CRC DF 025579/O-7 CPF: 606269501-63	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
Aos Diretores e Administradores CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO BRASILIA – DF		Ênfases Reapresentação dos Valores Correspondentes do Exercício Social de 2020 Conforme mencionado na nota 24, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reclassificação de exercícios anteriores. Outros assuntos Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Auditoria e revisão do Ano Anterior por Outros Auditores Os saldos correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 26 de fevereiro de 2021 com abstenção de opinião. Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler		o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por	
Opinião com ressalvas Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalvas Vida Útil dos Bens do Ativo Imobilizado A Companhia considera, de maneira geral, as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para a definição do montante a ser depreciado conforme o CPC 27– Ativo Imobilizado. Logo, não foi possível satisfazermos-nos quanto à adequação dessas taxas de depreciação utilizadas pela Companhia, bem como, estimar os impactos sobre os saldos do ativo imobilizado, patrimônio líquido e resultado em 31 de dezembro de 2021. Benefícios Concedidos aos Empregados Embora descrito na nota 21.1, que a Companhia contratou uma consultoria atuarial, para os cálculos da obrigação relacionada aos planos de benefícios Conab Prev., Plano de Benefício Conab Saldado e Plano de Benefício Conab, conforme recomenda o CPC 33 (R1), concluindo-se que o montante do passivo registrado na contabilidade da patrocinadora seria suficiente para honrar os compromissos junto ao Instituto de Seguridade Social – Cíbrus, importante destacar que o parecer conclusivo atuarial não corresponde ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Logo, não foi possível satisfazermos-nos quanto à adequação da mensuração da obrigação atuarial, bem como, estimar os impactos sobre os saldos do passivo, patrimônio líquido e resultado em 31 de dezembro de 2021.					

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evi-

dências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de março de 2022

PAULO SERGIO DA SILVA
Contador CRCPR No 029.121/O-0 S-DF

MARLOS NANONI REINERT
Contador CRCPR No 050.998/O-9 S-DF

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR No 2906/O-5